



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1- Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e produtos de higiene pessoal para complementar os produtos da merenda escolar, já existentes em estoque para compor cestas básicas para distribuição a famílias em vulnerabilidade social cadastradas no Cadastro Único municipal, assim como, 1.064 alunos matriculados na rede municipal de ensino, devido à pandemia do COVID 19, atendendo assim a demanda dos serviços da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto conforme Decreto 1.973 de 01 de abril de 2020 através das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Saúde e Higiene e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, devido a manutenção das medidas restritivas por parte desta Municipalidade.

2- ÓRGÃO GESTOR

2.1 – A Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Higiene e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, serão os órgãos gerenciadores responsáveis pela condução do conjunto de procedimento para a contratação e os preços dele decorrente.

2.2- Serão considerados participantes da contratação, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde e Higiene e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

3- ESPECIFICAÇÕES

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UND	CARACTERÍSTICA
1	2.000	ARROZ POLIDO	PCT	TIPO 1, EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 5 KG.
2	2.000	AÇÚCAR CRISTAL	PCT	ESPECIAL, EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 5 KG.
3	4.000	FEIJÃO PRETO	PCT	TIPO 1, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 1KG.
4	2.000	FARINHA DE MANDIOCA	PCT	TIPO 1, CRUA, FINA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL DE 1KG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

5	2.000	FARINHA DE TRIGO	PCT	SEM FERMENTO, ESPECIAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 1KG.
6	6.000	FUBÁ DE MILHO	PCT	ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 1KG.
7	6.000	CANJICA DE MILHO	PCT	AMARELO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 1 KG.
8	2.000	CARNE BOVINA	PCT	SECA, CURADA, A BASE DE: CARNE BOVINA TRASEIRA E SAL, LIMPA, SEM OSSO, SEM PELE, COM POUCA GORDURA, E ACONDICIONADA EM PEDACO INTEIRO A VÁCUO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.
9	2.000	CAFÉ	PCT	TORRADO E MOÍDO, DE 1º QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA ABIC, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL A VÁCUO COM 500 GRAMAS.
10	2.000	MASSA ALIMENTICIA	PCT	ESPAGUETE, Nº 8 OU 9, COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 1 KG
11	4.000	ÓLEO DE SOJA	UND.	REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 900 ML
12	2.000	SAL	PCT	IODADO, REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 1KG
13	2.000	COLORO	UND.	HIPOCORITO DE SÓDIO, EMBALAGEM DE 2 LITROS
14	2.000	AGUA SANITÁRIA	UND.	SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO DE 2,0 A 2,5%P/P, EMBALAGEM E 2 LITROS
15	2.000	ÁLCOOL EM GEL	UND.	70º, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS
16	2.000	PAPEL HIGIÊNICO	UND.	COM FOLHAS SIMPLES DE ALTA QUALIDADE, PACOTE CONTENDO 4 ROLOS DE 30 METROS CADA.
17	4.000	SABONETE	UND.	EM BARRA DE 90 GRAMAS
18	2.000	SACO PLÁSTICO	UND.	PRODUZIDO COM BASE EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA PARA CESTA BÁSICA, MEDINDO 0,90 X 0,70 X 0,08 MM

4- DA JUSTIFICATIVA

No dia 11 de março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou pandemia da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Essa situação, de gravidade atípica, já está gerando reflexos que ainda são imensuráveis na ordem social e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

econômica e, naturalmente, acarretará uma grave crise no sistema público e privado de saúde, como já podem ser vistos em outros países em seus primeiros dias do foco da doença.

A todo instante, tomamos conhecimento através das redes de telecomunicação como tudo isso se torna cada vez mais difícil de administrar, assim como no ordenamento político-jurídico como um todo, de forma a desafiar as autoridades administrativas e a população a adotarem medidas inéditas de superação.

As ferramentas excepcionais já existentes de controle de situações emergenciais e calamitosas já mitigam a visão rígida e tradicional do princípio da legalidade de acordo com a qual a administração pública somente poderia atuar se autorizada pela lei, sem qualquer margem de inovação, para viabilizar atuações administrativas normativas ou concretas, caracterizadas como urgentes, excepcionais, temporárias e proporcionais, baseadas no princípio da juridicidade, portanto, em períodos de excepcionalidade, é possível que o princípio da legalidade seja flexibilizado para encampar decisões não pautadas somente na lei, mas na necessidade emergencial dos administrados. Essa emergência e a noção mitigada de legalidade não permitem a distinção intransponível entre atos vinculados e discricionários, mas somente a diferenciação em seus diferentes graus de vinculação, em outras palavras, Segundo Binbenbojm, “ao maior ou menor grau de vinculação do administrador à juridicidade corresponderá, geralmente, maior ou menor grau de controlabilidade judicial dos seus atos”.

Precisamos contar nesse aspecto, que o controle judicial dos atos administrativos, nesse período de pandemia, não siga a lógica puramente legalista, mas deve atentar também para procedimentos, competências e responsabilidades da administração pública, sempre em prol do atingimento do interesse da coletividade, à luz da Constituição Federal.

A respeito da legislação já existente, sobre ações de vigilância epidemiológica adotada no âmbito do SUS, optou-se pela promulgação de legislação específica para fixação de normas sobre o enfrentamento do novo coronavírus. A lei 13.979/20, de 20 de março de 2020, fixou normas sobre as medidas para o enfrentamento da pandemia e tem a sua vigência restrita à duração do estado de emergência internacional, cabendo ao ministério da Saúde à edição de atos normativos necessários à sua regulamentação e operacionalização. Ainda sobre esta Lei, uma Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020 vem alterar a mesma para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Nas atuais circunstâncias a interpretação de normas sobre gestão pública, deve-se considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados, pois no cenário de combate ao COVID-19, são necessárias que velhas rotinas sejam revistas, quando prejudiciais ou impeditivas ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

atendimento da missão precípua do gestor público tanto da área da saúde quanto das questões sociais, tendo em vista a prevalência de princípios como eficiência e dignidade da pessoa humana.

Importante ressaltar que a restrição à antecipação de pagamento não deve ser percebida em termos absolutos, podendo ser relativizada, notadamente quando o pagamento antecipado se mostrar vantajoso ao interesse público, pois, numa perspectiva econômica, a antecipação de pagamento pode mitigar riscos, incrementar a competitividade, fomentar a ampliação da oferta dos insumos e aparelhos necessários, além de induzir redução dos preços, sendo possível desta forma, que a previsão contratual de antecipação de pagamento, desde que seja justificadamente necessária ao atendimento da pretensão administrativa e acompanhada de medidas de garantia.

Por um lado o administrador público hoje se encontra impelido pela necessidade de respostas providenciais à população, sente-se tolhido pelo receio de futuras responsabilizações desmedidas, sem que se leve em consideração o enredo fático instalado no mundo inteiro, por outro lado, sofre com a realidade de muitos que se encontram vulneráveis devido à queda na economia.

A contratação do objeto pretendido por este termo visa ajudar alunos da rede pública municipal assim como famílias em situação de vulnerabilidade cadastradas no Cadastro Único do município, pois várias instituições de finanças públicas prevê um efeito negativo profundo, e provavelmente prolongado, na situação econômica não só dos municípios mais em todo país, diante da recessão que será gerada pela pandemia da Covid-19. A questão do desemprego que já era um problema torna-se ainda mais preocupante. O trabalhador informal vê seus negócios comprometidos não conseguindo manter uma renda que auxilie na sobrevivência da família, uma vez que o isolamento social é no momento a maneira mais eficaz de combate ao vírus.

Com a suspensão das aulas, extremamente necessária no atual cenário, muitos alunos que tinham sua merenda escolar como única refeição garantida, encontram-se desprovidos de sustentos, pois em sua maioria pertencem a famílias vulneráveis socialmente e economicamente falando.

O gestor público é o profissional responsável por planejar e gerenciar as organizações públicas. O seu foco principal está no bem estar da coletividade e por isso a ética e o olhar estratégico no desempenho das suas atividades caminham juntos, na tentativa de criar ações e políticas públicas mais efetivas principalmente em momentos de crise como o que estamos vivendo agora.

Também é dever do gestor público, através de suas secretarias municipais ampararem pessoas que de alguma forma não tem total acesso à cidadania, ajudando-os a resolver



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

problemas ligados à educação, habitação, emprego, saúde e outras atividades básicas necessárias à sobrevivência.

5- DA ENTREGA DE PRODUTOS

5.1 - A entrega dos produtos dar-se-á na forma imediata e rotineira, conforme requerimento das secretarias solicitantes, devendo ser mantido sempre o bom funcionamento, para que não haja interrupção nem transtorno do mesmo.

5.2 - O produto ofertado deverá atender as descrições técnicas e deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto.

5.3 – Quando da entrega, os produtos deverão estar em perfeitas condições, e as embalagens não danificadas.

5.4 – Será rejeitado no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, ficando a empresa vencedora obrigada a substituir os produtos recusados no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação expedida pela unidade recebedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993.

5.5 – A empresa vencedora garantirá a qualidade do produto proposto, obrigando-se a repor aquele que apresentar imperfeições ou má aparência, imediatamente após a notificação, sem ônus adicional à Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto, assim como as demais secretarias solicitantes.

5.6 – A embalagem deverá oferecer completa proteção ao produto em função das condições de armazenamento, acesso, movimentação e manuseio do produto nas dependências do licitante e descarga no local.

5.7 - Os produtos deverão ser entregues, de acordo com a solicitação de fornecimento conforme o item 5.1 deste Termo de Referência, no seguinte endereço: Rua Júlio Vieitas, nº 88 – Centro – São Sebastião do Alto RJ – CEP: 28.550-000, mediante agendamento prévio, obedecendo ao horário compreendido entre 08h00min horas e 17h00min horas. Em tempo informamos que qualquer alteração do endereço para entrega, a contratada será devidamente informada com prazo de 48 hs de antecedência.

6- DAS AMOSTRAS

6.1 - Poderão ser exigidas da empresa que apresentar menor preço à apresentação de AMOSTRAS de cada um dos itens cotados, a ser encaminhado ao Setor de patrimônio, na sede



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto, localizada na Rua Júlio Vieitas, nº 88, Centro – São Sebastião do Alto RJ. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome da empresa responsável pelo envio.

6.2 - A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto deste termo, devendo ser atendida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso através de e-mail no momento oportuno.

6.3 - A amostra será analisada por representante da Secretaria Municipal de Administração, Trabalho e Recursos Humanos, através do Setor de Patrimônio, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, serem realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada, com ônus para o licitante.

6.4 - As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado.

6.5 - A proposta da empresa será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo a empresa, neste caso, ser notificada para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pela empresa no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio da Prefeitura Municipal.

6.6 - A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, podendo se adotar o mesmo procedimento em relação à amostra, ao exclusivo critério da Administração Pública.

7- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1- A aquisição dos produtos, objeto deste Termo de Referência está amparada pelas seguintes fundamentações:

7.1.1 - **Lei nº 10.520/2002**, de 17 de Julho de 2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

7.1.2 - **Lei Federal nº 8.666/93**, de 21 de Julho de 1993 e respectivas alterações: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

7.1.3 - **Lei Complementar nº 123/2006**, de 14 de dezembro de 2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, **alterada pela Lei Complementar nº 127/2007**, de 14 de agosto de 2007.

7.1.4 – **Lei Federal nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, alterado pela **Medida Provisória nº 926**, de 20 de março de 2020.

7.1.5 - **Decreto Municipal nº 1.679/2016**, de 14 de março de 2016: Regulamenta a modalidade de licitação denominada Pregão para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Poder Executivo de São Sebastião do Alto e respectivas alterações.

7.1.6 – **Decreto Estadual nº 46.980**, de 19 de março de 2020: Atualiza as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências.

7.1.7 – **Decreto Municipal nº 1.969**, de 14 de março de 2020: Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação de corrente do novo Coronavírus (COVID-19).

7.1.8 – **Decreto Municipal nº 1.970**, de 20 de março de 2020: Estabelece medidas para manutenção do ensino na rede pública municipal durante o período de prevenção ao contágio e propagação do coronavírus (COVID-19).

7.1.9 – **Decreto Municipal nº 1.973**, de 01 de abril de 2020: Complementa e atualiza as medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID19).

8- OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1- DA CONTRATADA

8.1.1 - Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

8.1.2 - Ser a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao Município ou a terceiros, provenientes do objeto contratado, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Município.

8.1.3 – Entregar o produto objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas neste Termo de Referência e seus anexos caso houver.

8.1.4 - Manter, durante a entrega do produto, as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com Órgão Público em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.1.5 - Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

8.1.6 - Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo.

8.1.7 - Credenciar junto ao Município funcionário (s) que atenderá (ão) às requisições da entrega do produto e receberá (ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará (ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

8.1.8 - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

8.1.9 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do Município.

8.1.10 - Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do Município ao objeto em questão.

8.1.11 - Cientificar, imediatamente, a fiscalização do Município qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar na entrega dos produtos.

8.1.12 - Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização do Município.

8.1.13 - Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do Município.

8.1.14 - As obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA** serão suspensas se o fornecimento do produto for obstado por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

evento motivador do atraso do cumprimento firmado ser comunicado, formalmente, ao **Município**, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

8.1.15- Obriga-se a CONTRATADA a arcar com todas as despesas referentes a transporte (deslocamento em geral) e alimentação dos funcionários no desenvolvimento do objeto contratado.

8.2- DO MUNICÍPIO

8.2.1 - Designar os servidores Victor Santos Silva, Matrícula 13/1701-06; Alexandre Marinelle Cardoso, Matrícula 99/0675-08; Elis Regina da Costa, Matrícula 87/0149-08; Camila Ribeiro Pereira, Matrícula 11/1271-07 para acompanhar e fiscalizar o objeto do presente Termo de Referência e para atestar o recebimento do objeto, nos termos deste Termo ou posterior contratação.

8.2.2 - Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo e tudo o mais que se relacione com a entrega do produto, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação das obrigações.

8.2.3 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

8.2.4 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com Administração Pública.

8.2.5 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Termo de Referência.

8.2.6- Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no Termo de Referência e no contrato.

9- DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1- As despesas decorrentes das contratações correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde e Higiene e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a serem informadas pela Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio.

10 DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

10.1- A contratante convocará oficialmente a Empresa com menor orçamento do objeto pretendido neste Termo de Referência, durante a validade de sua proposta, para o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o Termo de Contrato, aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

11- DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1 - O gerenciamento da contratação decorrente deste Termo de Referência caberá aos fiscais acima mencionados.

11.2 - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação da contratação.

11.3 - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

11.4 - A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

11.5 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **Município** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **Município** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **Município** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

12- DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado conforme entrega de produto, após o atesto dos fiscais contratuais devidamente designados, com prazo de até 05 (cinco) a 30 (trinta) dias após a entrega de nota fiscal contendo o resumo da totalização dos serviços realizados no período e ou entrega do produto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

12.2 - A liberação do pagamento será por meio de crédito em nome do proponente vencedor da proposta e, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos ou em cheque nominal.

12.3 – Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município de São Sebastião do Alto, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

12.4 – O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigindo ao Setor de Contabilidade e Tesouraria Municipal.

12.5 – Caso o Município de São Sebastião do Alto efetue o pagamento devido à contratada no prazo inferior ao citado no subitem 6.1, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação.

12.6 – Na hipótese do documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

13- DA GARANTIA DOS PRODUTOS

13.1 – O produto, objeto pretendido deste Termo de Referência, deverá ter a garantia de 12 (doze) meses ou maior, de conformidade com a periodicidade determinada pela fabricante.

13.2 - Na ocorrência de problemas durante o período de validade a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da comunicação, providenciar a devida troca, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.3 - Quando da devolução do produto, a CONTRATADA deverá informar o motivo da devolução através de documento próprio ou anotação impressa ou carimbada na nota fiscal.

14- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 – O prazo de validade da presente aquisição não será superior a 31 de dezembro de 2020.

15- LOCAL DA ENTREGA DO PRODUTO E DADOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

15.1- A empresa vencedora deverá entregar o produto contratado na Rua Júlio Vieitas, nº 88 Centro, São Sebastião do Alto – RJ, CEP 28.550-000, sede da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto, ou caso haja alteração de endereço a contratada será informada com antecedência mínima de 48hs.

15.2 – O Documento Fiscal deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto, CNPJ 28.645.786/0001-13 endereço Rua Júlio Vieitas, nº 88, Centro, São Sebastião do Alto – RJ, CEP: 28.550-000, quando se tratar de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação.

15.3 – O Documento Fiscal deverá ser emitido em nome do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Alto, CNPJ 11.174.211/0001-67 endereço Rua Eurico Cerbino, nº 118, Centro, São Sebastião do Alto – RJ, CEP: 28.550-000, quando se tratar de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde e Higiene.

15.4 - O Documento Fiscal deverá ser emitido em nome do Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião do Alto, CNPJ 14.998.789/0001-26 endereço Praça Dr. Hermes Pereira Ferro, nº 88, Centro, São Sebastião do Alto – RJ, CEP: 28.550-000, quando se tratar de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

15.5 - Deverá ainda o documento fiscal conter todos os dados de especificação do material entregue.

16- SANÇÕES

16.1 A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.1.1 - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.1.2 - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

16.1.3 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente.

16.1.4 - A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

16.1.5 - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

16.1.6 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da Punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

16.1.7 - A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

16.1.8 - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

16.1.9 - Se o valor das multas previstas na alínea b, do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

16.1.10 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

16.1.11 - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

16.1.12 - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.1.13 - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

16.1.14 - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

16.1.15 - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

16.1.16 - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

17- DA VALIDADE DA PROPOSTA

17.1- A proposta terá a validade mínima de 60(sessenta) dias, contados da data prevista para abertura do Processo Administrativo.

18- DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

18.1- O produto, objeto deste Termo de Referência, deverá ser entregue conforme subitem 5.1 deste termo de referência. A Empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações, garantida a prévia e ampla defesa.

18.2- A empresa vencedora entregará o material à contratante, mencionados no presente Termo de Referência, após autorização da secretaria solicitante.

19- O PRODUTO SERÁ RECUSADO SE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E HIGIENE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

19.1- Entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas no presente Termo de Referência, na proposta da contratada.

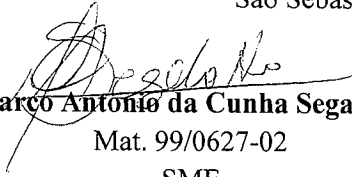
19.2- Apresentar inadequações com suas descrições mínimas elencadas no item 3.

19.3- A empresa vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar a substituição do produto, a partir da comunicação, feita por carta, fac-símile, e-mail, ou por qualquer outra forma legal.

20- DO FORO


20.1 - O foro para dirimir questões relativas a presente contratação será o Foro da Comarca de São Sebastião do Alto, Estado do Rio de Janeiro.

São Sebastião do Alto, 25 de junho de 2020.


Marco Antonio da Cunha Segalotto

Mat. 99/0627-02

SME


Jucinea Maria Correa Talarico

1770083-07

SMASDH


Jair Carvalho Pereira

Mat. 88/0159-01

SMSH